



O Social em Questão

ISSN: 1415-1804

osq@puc-rio.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio  
de Janeiro  
Brasil

Soares Gonçalves, Rafael; Silveira Simões, Soraya; Ferreira Magalhães, Alex  
Grandes eventos, múltiplos impactos, grandes mobilizações  
O Social em Questão, núm. 29, enero-junio, 2013, pp. 9-20  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Rio De Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552256740001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Apresentação

## Grandes eventos, múltiplos impactos, grandes mobilizações

Rafael Soares Gonçalves<sup>1</sup>

Soraya Silveira Simões<sup>2</sup>

Alex Ferreira Magalhães<sup>3</sup>

Desde 30/10/2007, quando a FIFA oficializou a candidatura brasileira para sede da Copa do Mundo de 2014, e, mais ainda, desde 02/10/2009, quando a candidatura da cidade do Rio de Janeiro saiu vitoriosa na disputa pela realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, batendo as candidaturas concorrentes, das cidades de Madrid, Tóquio e Chicago, tem sido fortemente estimulada a produção acadêmica – hoje, bastante significativa – dedicada à análise e crítica dos efeitos urbanísticos, sociais e de outras ordens, ocasionados pela “preparação” das cidades brasileiras para os grandes eventos.

Acreditamos que a abordagem acadêmica desse objeto deve ser ampliada, de modo a incorporar as premissas de que (1) não se trata apenas de dois grandes eventos, (2) não se trata de eventos apenas esportivos, e (3) não se trata de uma temporada fugaz, conjuntural ou passageira de eventos. Nos trabalhos reunidos no presente dossiê, sustenta-se a hipótese de que estaríamos, antes, diante da emergência de um padrão de governança urbana empreendedorista e de uma nova rodada de mercantilização da cidade, tal como já foi tão amplamente discutida por David Harvey e outros importantes *think tanks* da questão urbana contemporânea e, aqui, é apresentada por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Orlando Alves dos Santos Jr. no artigo que inaugura o presente dossiê. Em suma, se as cidades brasileiras, especialmente o Rio de Janeiro, encontram-se na contingência de dever “preparar-se” para algo, este “algo” seria mais estrutural do que à primeira vista pode aparentar. O caráter de exceção, amplamente evocado pela literatura para explicar práticas empregadas no processo de preparação desses eventos, sobretudo no seu aspecto normativo, não deve ocultar que muitas das intervenções trazem impactos duradouros, muito além do período específico da realização dos eventos internacionais. No limite, o problema parece consistir não somente em uma “preparação” para receber grandes eventos – e todos os trans-

tornos que isso acarreta, no presente —, mas em um conjunto transcendente de transformações em curso na vida dessas cidades, sob a justificativa de um reposicionamento delas e do país no cenário internacional.

Tomando-se o caso da cidade do Rio de Janeiro como exemplo ilustrativo, podemos contabilizar, nos anos recentes, os seguintes eventos que podem ser arrolados no contexto a que aqui nos referimos, afora os dois principais já mencionados:

- Os *Jogos Panamericanos*, realizados em julho de 2007;
- os *Jogos Mundiais Militares*, disputados em julho de 2011;
- a *Conferência das Nações Unidas “Rio + 20 - Desenvolvimento Sustentável”*, ocorrida em junho de 2012;
- a *Copa das Confederações*, a ser realizada em junho de 2013 (que envolve outras cinco cidades brasileiras, além do Rio de Janeiro);
- a *Jornada Mundial da Juventude*, evento religioso internacional, que inclui a visita do recém entronizado Papa Francisco, em julho de 2013<sup>4</sup>;
- a quinta edição do festival musical *Rock in Rio*, prevista para setembro de 2013;
- a comemoração dos 450 anos da cidade, em 1º/03/2015 e nos dias anteriores.

O acompanhamento intensivo e constante das mobilizações populares e da elaboração dos diversos projetos de intervenção urbana, por parte de pesquisadores das mais diversas áreas de pesquisa (sociologia, história, antropologia, serviço social, arquitetura, direito, planejamento urbano etc.), tem buscado compreender as consequências, via de regra, bastante negativas, impostas a uma parcela considerável da população das cidades brasileiras que acolherão esse leque variado de eventos internacionais e de massa. A cidade do Rio de Janeiro tem sido, possivelmente, o laboratório por excelência para se compreender os impactos dos grandes eventos internacionais. Sediando muitos, como já explicitado, e na perspectiva de sediar tantos outros eventos dessa escala em um lapso temporal relativamente curto, parece constituir um caso emblemático, em termos mundiais.

A cidade do Rio de Janeiro se transformou, nos últimos anos, em um grande canteiro de obras. Diante das representações sociais em voga nos últimos anos,

que afirmavam que a cidade estava falida e arrasada pela violência, a conjuntura atual de preparação para receber grandes eventos reforça discursos pautados no “renascimento” do Rio de Janeiro. A responsabilidade de representar o país acabou construindo consensos políticos nas diferentes escalas de poder e desbloqueou vultosos recursos públicos, assim como estimulou novamente a atração de recursos privados. A cidade parece retomar parte de sua centralidade perdida e se consolida como a vitrine do país no mundo com a construção de novos símbolos, agora não mais originados apenas em sua icônica paisagem de montanhas, mar e floresta. Tais eventos de impacto internacional estão norteados por distintas políticas públicas (ambiental, segurança pública, mobilidade, habitação...) com forte impacto no cotidiano da população, tal como se pode cogitar, a título de hipótese, à vista da resenha de autoria de Alex Magalhães, a respeito da recente obra *Galo cantou! A conquista da propriedade pelos moradores do Cantagalo* (Editora Record, 2011, organizado por Paulo Rabello de Castro) sobre a controversa proposta de regularização fundiária da favela do Cantagalo, na zona sul do Rio de Janeiro.

O curto lapso temporal para organizar tais eventos e o elã patriótico que eles suscitam acabam dissimulando os perdedores e vencedores do desenvolvimento urbano atual da cidade. Estima-se, por exemplo, que 30 mil pessoas serão (ou já foram) removidas no Rio de Janeiro e outras 140 mil pessoas enfrentam o risco de remoção nas outras 11 cidades onde jogos da Copa do Mundo acontecerão<sup>5</sup>. O dossiê “*Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil*”, produzido pela articulação nacional dos comitês populares da copa, informa, por sua vez, que as estimativas mais conservadoras anunciam que mais de 170 mil pessoas têm o seu direito à moradia violado ou seriamente ameaçado no Brasil, em função dos grandes eventos<sup>6</sup>.

Contudo, a produção acadêmica consagrada aos efeitos perversos da “passagem” desses eventos em outras cidades do mundo remonta ao menos ao início dos anos 1990, tendo Barcelona e os Jogos Olímpicos de 1992 como caso paradigmático. No livro “*La ciudad mentirosa*”, do antropólogo catalão Manuel Delgado, aqui resenhado por Neiva Vieira da Cunha, a “mentira” é atribuída, precisamente, ao critério de “participação popular” que caminha lado-a-lado da implementação dos projetos de preparação da cidade para os eventos internacionais contemporâneos. Se este critério de participação garante o acesso aos financiamentos públicos e privados, o pressuposto de participação, por sua vez, se mostra farsesco ao servir, no final das contas, para a legitimação dos projetos

já elaborados em outras instâncias muito distantes das arenas populares. Uma cidade mentirosa, portanto, aquela que acolhe os chamados megaeventos – e que deve, portanto, se submeter às normas das associações esportivas internacionais, entre outros acordos – e que conclama os seus habitantes para vir legitimar (“participar”) o bom andamento dos “megaprojetos”.

O aposto é, por si só, um indício. Onde há “mega” (eventos ou projetos), por princípio, não há ingerência da participação popular. Nessas circunstâncias, é a própria democracia o objeto supremo da discussão. O texto de Giuliana Costa (*Sediar megaeventos esportivos vale à pena?*) procura fazer uma revisão bibliográfica da literatura internacional sobre os impactos urbanos dos grandes eventos internacionais para, em seguida, sublinhar que tanto o enorme endividamento provocado por esses eventos, quanto as recorrentes práticas antidemocráticas empregadas no respectivo processo de preparação configuram a crítica atual. Com isso, a autora ressalta os diferentes custos sociais e econômicos da hospedagem desses eventos, tendo como caso específico de análise a cidade do Rio de Janeiro.

Já no México, na cidade de Guadalajara, Elizabeth Rivera Borrayo e Daniel González Romero analisam, no artigo *Projectando la ciudad con grandes eventos: las vicisitudes del proyecto de las villas para los Juegos Panamericanos del 2011 en Guadalajara, México* os efeitos dos últimos Jogos Panamericanos, realizados em 2011. Trata-se, aqui, de analisar o que, na escolha das cidades-sede dos eventos esportivos internacionais, vem sendo chamado de “legado”. Afinal, os complexos esportivos, entre outras intervenções urbanísticas de grande porte, devem ser reapropriados pela população local após a passagem dos milhões de visitantes. A estratégia midiática que auxilia o período precedente à realização dos jogos, não contribui, na mesma proporção, para o restabelecimento do cotidiano cidadão após os megaeventos. A partir de um estudo de caso – o da construção da Villa Panamericana, os autores abordam as modificações na legislação urbana da cidade e discutem os vários critérios selecionados para a escolha e justificativa do local da construção, face aos anunciados (e desastrosos) impactos ambientais e sociais ocasionados na área.

No Brasil, as pesquisas empíricas começaram com a experiência da organização dos Jogos Panamericanos de 2007, no Rio de Janeiro, e se intensificaram após a abertura dos envelopes da FIFA e do COI, em meio à imensa euforia, de uns, e às expectativas diametralmente opostas, de outros. No entanto, poucos trabalhos procuraram se debruçar, desde uma perspectiva histórica, sobre o fenômeno da preparação de grandes eventos internacionais. Por exemplo, no passado, outros

eventos de grande magnitude aconteceram no Rio de Janeiro e, para tanto, também mudaram profundamente a sua paisagem. A *Exposição Internacional*, de 1922, deixou como testemunho algumas das construções mais emblemáticas da cidade, como os prédios do Museu da Imagem e do Som, o do Museu da Saúde, o da Academia Brasileira de Letras (o *Petit Trianon*) e o anexo do Museu Histórico Nacional, todos construídos no Castelo, cujo Morro foi demolido, na mesma ocasião, para que, em seu lugar, fosse erguido grande parte dos pavilhões internacionais da Exposição. Pouco mais de trinta anos depois, o *Congresso Eucarístico*, de 1955 deixaria como legado para a cidade do Rio de Janeiro o aterro necessário para a construção do seu maior parque público – o Aterro do Flamengo. Da mesma forma, outros eventos esportivos internacionais foram realizados no país, como a Copa do Mundo de 1950, que envolveu partidas em seis cidades brasileiras e justificou a construção do Estádio Mário Filho (o *Maracanã*), e os Jogos Panamericanos de 1963, disputados em São Paulo.

Em que esses “grandes eventos” do passado se diferem dos grandes eventos contemporâneos? Teriam tido aqueles, historicamente, o mesmo significado, efeitos e procedimentos dos de hoje, ou eles, de algum modo, teriam “mudado” de caráter no período recente, graças às definições atuais dos “problemas públicos”? Estaríamos diante de problemas já anunciados ao tempo de Jules Rimet e do Barão Pierre de Coubertin, ou diante de novas faces de velhos rituais sociais? Uma eventual pesquisa e reflexão cuidadosa a respeito de questões como essas poderia ser extremamente útil para uma compreensão aprofundada dos fenômenos recentes e atuais no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, o artigo de Letícia de Luna Freire assume especial importância. Em “*Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro*”, a autora parte de uma perspectiva pragmática para analisar as ações coletivas empreendidas pelos participantes do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, em defesa, sobretudo, dos moradores do bairro Vila Autódromo, ameaçados de remoção para a construção do Parque Olímpico. A autora apresenta os variados regimes de justificação atualizados pelos diversos agentes em situações precisas: as reuniões do CPCO e aquelas mantidas na *Cúpula dos Povos*, durante a *Rio+20*. Com isso, a autora oferece ao leitor um artigo de grande originalidade sobre o processo associativo que vem ganhando o espaço público carioca, estimulado pelo atual contexto, assim como as situações em que vão se definindo a pauta dos atuais problemas públicos, segundo a (efetiva) participação popular.

Jorge de la Barre, em seu artigo *Choque de futuro: o Rio dos megaeventos*, também contribui, de maneira ousada e original, para ressaltar as particularidades do atual contexto dos grandes eventos transformadores da cidade. A começar pela admirável implicação midiática que insere as cidades de hoje em inúmeras dinâmicas globais de maneira incomparável. *Pars pro toto*, as imagens difundidas da cidade do Rio de Janeiro, em especial, em todas as mídias, em todos os cantos, em todos os muros, faz com que o Rio, mais do que uma cidade, seja um ícone de cidade. O autor nos lembra do Brasil, aquele “país do futuro”, no atual presente em que os megaeventos o marcariam “no contexto da modernidade global avançada”. Os megaeventos são tratados por De la Barre como uma “megaretórica” para a *reengenharia* de um município onde “se a cidade de exceção é a ideologia, o megaevento é o paradigma”. Um “futuro de exceção”, nas palavras do autor, que tem como prazo o ano de 2016.

A análise proposta por Adriana Penna, no artigo “*Megaeventos Esportivos no Brasil: raias abertas para a corrida do capital*”, permite ao leitor acompanhar as dinâmicas próprias do que se configuraria como um “*mercado esportivo mundial*”, e que traduz o papel exercido pelo fenômeno esportivo no contexto do capitalismo contemporâneo. Este mercado constituiria uma das ferramentas privilegiadas a fim de enfrentar a tendência decrescente das taxas de acumulação e as necessidades de absorção de excedentes de capital, porém produzindo um legado, de um lado, marcado por relações sociais cada vez mais alienadas e hedonistas, de outro, por processos irracionais de construção e subsequente destruição de grandes equipamentos, em várias partes do mundo, alguns praticamente intactos – como vem sendo observado no caso do complexo esportivo do Maracanã configurando aquilo que Mézáros define como “*produção genuinamente orientada para o consumo destrutivo*”.

A resenha de Rafael Soares Gonçalves a respeito do livro organizado por Gilmar Mascarenhas, Glauco Bienenstein e Fernanda Sanchez (*O Jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*, editora UERJ, 2011) destaca o caráter pioneiro dessa obra. Composto por 12 artigos, a coletânea se aprofunda, sobretudo, na análise dos impactos dos Jogos Pan-americanos de 2007 no Rio de Janeiro e discute, ainda, os impactos urbanos do movimento olímpico, o “olimpismo”, abordando tanto experiências anteriores, como os jogos pan-americanos de 1963, em São Paulo, assim como as perspectivas de impactos urbanos suscitados pelos Jogos Olímpicos de 2016.

No presente dossiê, alguns impactos sociais foram sistematicamente evocados pelos artigos aqui elencados. No trabalho de Isabel Cristina da Costa Cardoso (“*O papel da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio de Janeiro na estruturação do espaço urbano: uma ‘máquina de crescimento’?*”), analisa-se minuciosamente o modus operandi da chamada *Operação Porto Maravilha*, detalhando os tortuosos caminhos pelos quais instrumentos urbanísticos e financeiros admitidos em nossa legislação – relativamente recente – são apropriados por agentes privados no sentido de promover profundas transformações na região portuária do Rio de Janeiro. O artigo traz evidências bastante palpáveis a respeito do já aludido processo de mercantilização urbana, bem como da participação do capital financeiro nesse processo, além de entrar no debate a respeito das repercussões da recepção dos grandes eventos sobre a agenda pública, investimentos na cidade e prioridades das políticas públicas.

Muito embora, conforme as clássicas lições da economia política, a atividade dita especulativa seja da própria natureza das relações sociais engendradas sob o capitalismo, tal premissa não é de molde a naturalizar ou dispensar de análise mais detida os processos que vêm se aprofundando nas últimas décadas, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, mas sem excluir dinâmicas comparáveis observadas em outras cidades brasileiras. Tais processos vêm reforçando a hipótese da capitulação das cidades brasileiras ao capital e aos interesses privados, numa escala renovada e sem precedentes, contando com a decisiva participação de suas autoridades constituídas, que forjam, para tanto, argumentos capazes de justificar todas as grandes intervenções a partir do princípio de um indiscutível “desenvolvimento” ou, ainda, de um “proveito comum” ou de um “legado” a ser usufruído por “toda a cidade” ao final da festa.

Em *Favelas e remocionismo ontem e hoje: da ditadura de 1964 aos grandes eventos*, Mario Brum perfaz a trajetória das remoções na cidade do Rio de Janeiro, lançando luz sobre as particularidades de dois contextos distintos. As instituições criadas, sobretudo a partir dos anos 1960 (CHISAM, COHAB, SERFHA), para viabilizar o maior programa de remoção de favelas da história do país, que vigorou durante o regime ditatorial, aparecem, no artigo, com suas soluções urbanas e com as categorias a partir das quais, naquele então, operavam para intervir e justificavam para produzir, a toque de caixa, os conjuntos habitacionais construídos nas periferias da cidade. Atualmente, em época de grandes eventos, a política de remoção volta ao debate público e, segundo documento do Tribunal



de Contas do Município do Rio de Janeiro, datado de 2009 e citado pelo autor, “começa a deixar de ser tabu”. Sob um guarda-chuva de novos argumentos – como aquele balizado por critérios “ambientais”, a defesa da volta de uma “política de remoções”, agora, tem como alvo, sobretudo, as localidades existentes na zona oeste da cidade – como é o caso da Vila Autódromo –, onde estão previstas as construções olímpicas.

Como se não bastasse a concretude das mudanças compulsórias e dos dramas e violações gerados nesse processo, a Prefeitura do Rio avança sobre o terreno da escola e lá distribui uma cartilha para a formação lúdica de futuros “especuladores imobiliários”. Trata-se de um jogo bastante popular há algumas décadas, “adaptado” às atuais circunstâncias de tempo e lugar: o Banco Imobiliário Rio Cidade Olímpica<sup>7</sup>. A especulação imobiliária não é dissimulada, mas celebrada como um dos princípios basilares do novo projeto de cidade que se configura atualmente, ao ponto que se torne objeto de material didático para “formar” a nova geração carioca, desde já, nas carteiras das escolas municipais da cidade.

Em que pese a dramaticidade desses dados, um olhar de totalidade sobre a atual conjuntura deve registrar e considerar na análise os muitos “minieventos”, que continuamente têm eclodido sobre o asfalto e os morros da cidade, e que constituem “o outro lado da moeda”. Entre eles, podem ser destacadas as mobilizações cada vez mais amplas dos moradores diretamente afetados pelas ameaças de remoção, pelas restrições draconianas ao seu direito à cidade e pela experiência perturbadora do prejuízo moral de uma má avaliação de suas condições de vida e de seus direitos.

Na teoria social há uma importante concepção que sustenta que o Direito (no sentido específico do termo) é algo que, por princípio, se fundamenta, ou melhor, que deve ser materialmente fundamentado. Isso requer dizer que o Direito, em sua origem, é buscado, supondo, por isso, processos sociais de luta e, com eles, uma vontade e um motivo mobilizador, em suma, um *animus*<sup>8</sup>. Assim, num momento em que a cidade vive não só de projetos, mas, mais ainda, de projeções (para uns, um tanto quanto sombrias), há um desconforto difuso, quicá inorgânico, perceptível nas mais variadas conversas e comportamentos, mais pronunciado em certos bairros e regiões da cidade, mas, de todo modo, sempre presente. Quanto será a conta? Quais serão os custos sociais da festa? Quem sairá de cena para que a cidade possa ser “preparada”?

Essas são algumas das perguntas recorrentes e que sintetizam o desconforto e a insegurança de boa parte da população. Trata-se de perguntas que vêm sendo feitas reiteradamente, em todo o mundo, e, agora, vêm instalar-se ora em forma de rumores, ora de ações bastante concretas, no Rio, o atual epicentro dessas indagações já ouvidas em outras praças que hoje se encontram à sombra das crises do capitalismo financeiro e rentista. O Rio é “a bola da vez”, o ponto de atração dos capitais sem pátria que circulam e se volatilizam nos mercados mundiais. Em suma, o legado dos grandes eventos constitui uma preocupação real e atual, que remete a processos já em curso, que não se encontram condicionados a um suposto “pós-2016”. Dentro de pouco tempo a cidade certamente terá novos equipamentos esportivos e de mobilidade urbana, mas quais serão as consequências da edificação de uma cidade cada vez mais cara e proibitiva para grande parte de sua população atual?

Olhando detidamente para as particularidades locais desse drama apátrido chamado grandes eventos, podemos ainda nos perguntar: mas como, afinal, os movimentos populares podem vir a ter voz e a ganhar visibilidade diante, por exemplo, de uma mídia tão comprometida com a realização dos projetos oficiais?<sup>9</sup> No caso do Rio, citem-se os exemplos da *Vila Autódromo* (ao lado do já extinto Autódromo de Jacarepaguá) e a resistente *Aldeia Maracanã* (ao lado do Estádio do Maracanã e expulsa recentemente), sem contar as inúmeras favelas da cidade que vêm ganhando as páginas dos jornais, não só por estarem “*pacificadas*”, mas por serem os mais novos espaços da cidade sobre os quais avança o “empreendedorismo” da cidade olímpica, turística e “feliz”<sup>10</sup>.

Em meio ao contraste entre a ‘cidade em pânico’ diante da iminente remoção e a ‘cidade feliz’ com a pacificação, vão surgindo símbolos importantes, como os bairros que resistem ao brutal processo de remoção, e algumas decisões judiciais que, aqui e acolá, mostram-se minimamente atentas ao direito de morar e que procuram lembrar às autoridades constituídas que o exercício do poder do Estado deve obedecer a certos limites. Tais símbolos tornam ainda mais defensáveis as causas de seus cidadãos. Por questões políticas, econômicas, culturais, morais, emocionais, estéticas etc, vários e diferentes indivíduos e grupos vêm se engajando em um processo que tem como objetivo fundamentar direitos em meio a uma conjuntura profundamente adversa. Ou seja, a conjuntura é, ela mesma, parte constitutiva da fundamentação de direitos, e não é de hoje que a acolhida dos grandes eventos vem sendo lida, na crítica acadêmica

internacional, pela chave das violações de direitos das populações locais, sobretudo daqueles sujeitos mais vulneráveis, econômica e socialmente.

O pacote de opções de investimentos políticos, econômicos e sociais é o planejamento que será herdado e que deverá nortear, em grande medida, o futuro próximo e distante da cidade. O drama que se expressa na mobilização popular é tão notável que exige, em caráter de urgência, uma ação política de grande expressão, inclusive no que vem sendo produzido pelos pesquisadores que acompanham os desdobramentos das mobilizações. Se isso, por um lado, enquadra as possibilidades de abordagem dos problemas colocados, por outro, ressalta a gravidade do momento, tal como vem sendo vivido por boa parte da população. E isto se refere não somente àquela parte da população imediatamente ameaçada de remoção da cidade física, mas também aquela ameaçada pela redução – e por que não dizer também *remoção* – drástica da cidade política.

\*\*\*

A seção livre do presente número apresenta três artigos, que dialogam com o tema central aqui apresentado. O artigo da Monique Batista Carvalho (*A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura*) investiga os diferentes aspectos da introdução das Unidades de Polícia Pacificadora e seus desdobramentos no cotidiano dos moradores a partir do caso de análise do complexo do Borel no Rio de Janeiro. Por fim, os artigos de Nuria Pardillos Vieira e Maura Iclea Bagnatori (*Apontamentos sobre urbanização de favelas, remoções de moradias e trabalho social na cidade de São Paulo*) e de Gerônimo Leitão e Jonas Delecave (*O Programa Morar Carioca: Novos rumos na urbanização de favelas cariocas?*) que analisam os diferentes impactos dos projetos de urbanização de favelas em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente.

## Referências

MELLO e VOGEL. *Gente das Areias – História, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro. Maricá-RJ – 1975 a 1995*. Niterói, Eduff (2004).

\_\_\_\_\_, 2000. *Verdade e Narrativa: a Filosofia das Histórias e a contribuição de Wilhelm Schapp para a questão da narrativa e fundamentação de direitos*. In: VI Congresso Luso - Afro - Brasileiro de Ciências Sociais, 2002, Porto. Atas do VI Congresso Luso - Afro - Brasileiro de Ciências Sociais. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em [http://www.ifcs.ufrj.br/~lemetro/mello\\_vogel\\_verdade\\_e\\_narrativa.pdf](http://www.ifcs.ufrj.br/~lemetro/mello_vogel_verdade_e_narrativa.pdf)

MELLO, Marco Antonio da Silva e SIMÕES, Soraya Silveira. “Où habitez vous? Les multiples significations et implications de l’adresse”. In: VILLANOVA, R.; DUARTE, C. R. (Org.). *Nouveaux Regards sur l’Habiter*. outils et méthodes: de l’architecture aux sciences sociales. 1ed.Paris: Éditions Le Manucrit, p. 79-98 (2012).

## Notas

- 1 Advogado, doutor em História pela Universidade de Paris VII. É professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. E-mail: rafaelsg@puc-rio.br
- 2 Professora do IPPUR-UFRJ e pesquisadora associada do Laboratório de Etnografia Metropolitana-LeMetro/IFCS-UFRJ e do INCT-InEAC. E-mail: sosimoes01@gmail.com
- 3 Professor do IPPUR e da Faculdade Nacional de Direito (UFRJ). E-mail: alexfmag@terra.com.br
- 4 De todos os grandes eventos, esse é o que possui a maior expectativa de atração de público, estimando os seus organizadores que venha a reunir de 2 a 4 milhões de pessoas, durante os dias 23 a 28/07/2013, sobretudo diante da presença do primeiro papa latino-americano.
- 5 Ver o site: <http://comitepopulario.wordpress.com/2012/06/22/video-o-legado-somos-nos-a-historia-de-elisangela/> (consultado no dia 18.03.2013).
- 6 Ver Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil, 2012, p.9 In [http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/06/dossie\\_megaeventos\\_violacoesdedireitos2012.pdf](http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/06/dossie_megaeventos_violacoesdedireitos2012.pdf) (consultado no dia 18.03.2013)
- 7 Tal insólito acontecimento provocou diversas reações sociais, entre elas uma oportuna carta aberta dos estudantes de pós-graduação do IPPUR / UFRJ, publicada em diversos meios, entre eles o portal de notícias Vi o Mundo, de Luiz Carlos Azenha (vide <http://www.viomundo.com.br/denuncias/estudantes-cariocas-contras-ensino-da-privataria-na-escola-publica.html>).
- 8 No campo institucional, até meados de maio já eram dois os inquéritos civis motivados por este fato, instaurados no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, nos quais se busca apurar a ocorrência de ilícitos como: utilização indevida de material didático pela rede pública de ensino; promoção pessoal do prefeito Eduardo Paes e de seus aliados políticos; utilização indevida de recursos do FUNDEB; violação das disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; além de buscar saber a natureza do ajuste celebrado entre a Prefeitura e a empresa Estrela, detentora dos direitos sobre o aludido jogo, e de saber como a Prefeitura participou na definição do conteúdo do brinquedo.
- 9 Sobre essa discussão, v. MELLO e VOGEL, 2004 e 2000; e MELLO e SIMÕES, 2012.

- 10 A título de exemplo, sintomático o slogan adotado pela Rede Globo de Televisão para a Copa do Mundo de 2010: “O nosso esporte é torcer pelo Brasil”. O veículo de imprensa se apresenta explicitamente como torcedor, demitindo-se de sua função propriamente jornalística.
- 11 Ver caderno especial de O Globo, de domingo 03 de março de 2013, inaugurando a série de reportagens sobre a “felicidade do carioca”. Segundo pesquisa encomendada pelo jornal, o carioca não teria “problema de autoestima” e seria “mais feliz” do que moradores de outras cidades. Além de ressaltar as belezas naturais, lugar comum nos elogios feitos à cidade, a pesquisa apresentada pelo jornal tenta compor um retrato de “cidade cerzida” pela “pacificação” (e por outras políticas dos governos municipal e estadual voltadas para as favelas), onde todos os entrevistados exibem a felicidade fulgurante por viverem em uma “cidade maravilhosa”. Cabe notar ainda que os “representantes da felicidade do carioca” (Xuxa, Luciano Huck, Roberto Carlos, Regina Casé), segundo o capítulo publicado no dia 06 de março de 2013, “(...) vendem felicidade no trabalho. As pessoas medem a felicidade mais pela forma com que as pessoas se apresentam do que por suas histórias pessoais – diz Felipe Berocan, pesquisador do Laboratório de Etnografia Metropolitana da UFRJ”, mostrando que a felicidade da pesquisa rima com “visibilidade” e com certa propaganda da cidade icônica dita “maravilhosa”.